



**Processo nº** 18239.007246/2008-40  
**Recurso** Voluntário  
**Acórdão nº** 2402-011.357 – 2<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 4<sup>a</sup> Câmara / 2<sup>a</sup> Turma Ordinária  
**Sessão de** 09 de maio de 2023  
**Recorrente** CARLOS EUGENIO MOUTINHO DE FIGUEIREDO  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)**

Exercício: 2007

DEDUÇÕES DE DESPESAS MÉDICAS.

São dedutíveis, para fins de apuração da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física, apenas as despesas médicas realizadas com o contribuinte ou com os dependentes relacionados na declaração de ajuste anual, que forem comprovadas com a efetividade dos serviços prestados, mediante documentação hábil e idônea.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso voluntário interpuesto.

(documento assinado digitalmente)

Francisco Ibiapino Luz - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Diogo Cristian Denny - Relator(a)

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Diogo Cristian Denny, Gregorio Rechmann Junior, Rodrigo Duarte Firmino, Ana Claudia Borges de Oliveira, Jose Marcio Bittes, Rodrigo Rigo Pinheiro, Wilderson Botto (suplente convocado(a)), Francisco Ibiapino Luz (Presidente).

## Relatório

Por bem retratar os fatos ocorridos desde a constituição do crédito tributário por meio do lançamento até sua impugnação, adoto e reproduzo o relatório da decisão ora recorrida:

Em procedimento de revisão interna de declaração de rendimentos foi lavrada a notificação de lançamento, de fls. 06/10, relativa ao exercício 2007/ano-calendário 2006, em que o valor do crédito tributário apurado foi de R\$ 12.209,59 (fl. 06).

De acordo com a Descrição dos Fatos, de fls. 07 e 08, foram apuradas: a) Dedução Indevida de Incentivo, glosa de R\$ 360,00 (R\$ 310,00 IBRAFH e R\$ 50,00 Abrindo Portas Soc. Civil, não há previsão legal para estas deduções); b) Dedução Indevida de Despesas Médicas, glosado o valor de R\$ 23.156,60, sendo R\$ 10.000,00 Patricia L.Tavares, R\$ 1.740,00 Paulo F.Barroso e R\$ 11.416,60 Amil.

Às fls. 07, 08 e 10 constam os dispositivos legais considerados adequados pela autoridade fiscal para dar amparo ao lançamento.

Inconformado, o contribuinte apresentou a impugnação de fls. 01/05, por intermédio de sua procuradora, conforme instrumento de mandato, de fl. 12, juntamente com os documentos de fls. 13/22, alegando, em síntese, ser portador da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida, CID B20 (HIV), necessitando de constantes internações, além de atendimento psicológico, médico e dentário especiais. Concorda com as glosas efetuadas com relação às deduções de R\$ 360,00 e R\$ 11.416,60, pois a primeira dedução não se enquadra nos moldes estabelecidos no art. 87 do Decreto n.º 3.000/99, e a segunda foi feita equivocadamente, tendo havido confusão entre pessoa jurídica e pessoa física. O mesmo não se dá com relação às glosas dos valores de R\$ 10.000,00 e R\$ 1.740,00, as quais são inteiramente indevidas, como se comprova pelos documentos anexados, pois todos os recibos possuem os elementos identificativos determinados pelo art. 80, ¶1º, III, do Decreto n.º 3.000/99, inexistindo, portanto, motivo para serem glosados. Por fim, solicita o cancelamento do crédito tributário reclamado, bem como a apuração dos valores recolhidos como imposto de renda na Fonte, nos anos-base 2004 (quando recebeu o diagnóstico da síndrome da qual está acometido), 2005, 2006 e 2007, incidentes sobre os rendimentos provenientes da aposentadoria do impugnante pelo INSS e sua compensação, conforme previsto no art. 177 do Código Tributário Nacional, com o imposto devido em função da glosa efetuada nos valores de R\$ 360,00 e R\$ 11.416,60 antes citados, dada a isenção a que tem direito, nos termos do que lhe faculta o art. 39, XXXIII do Decreto n.º 3.000/99.

A decisão de primeira instância manteve o lançamento do crédito tributário exigido, encontrando-se assim ementada:

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)**

**Exercício: 2007**

**MATÉRIA NÃO-IMPUGNADA. DEDUÇÃO INDEVIDA DE INCENTIVO.**

Considera-se como não-impugnada a parte do lançamento contra a qual o contribuinte não apresenta óbice.

**DEDUÇÃO INDEVIDA DE DESPESAS MÉDICAS.**

Inexistindo a comprovação das despesas médicas mediante documentação hábil e idônea, cabe manter a infração tributária lançada.

**RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS DECLARADOS. REVISÃO DE OFÍCIO.**

Não tendo a fiscalização alterado os rendimentos tributáveis declarados pelo contribuinte, não compete à Delegacia da Receita Federal de Julgamento analisar os rendimentos que foram relacionados na Declaração de Ajuste Anual do sujeito passivo, tendo em vista tal procedimento caracterizar revisão de ofício, o que escapa à competência dessa instância julgadora, em respeito ao que dispõe o art. 229 da Portaria do Ministro da Fazenda n.º 587/10.

Cientificado da decisão de primeira instância em 10/05/2013, o sujeito passivo interpôs, em 11/06/2013, Recurso Voluntário, alegando a improcedência da decisão recorrida, sustentando, em apertada síntese, que as despesas médicas estão comprovadas nos autos.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro(a) Diogo Cristian Denny - Relator(a)

O Recurso Voluntário é tempestivo e atende aos demais requisitos de admissibilidade, motivo pelo qual dele conheço.

Em litígio apenas as glosas referentes às despesas tidas com os profissionais Patrícia Tavares e Paulo Feijó.

As glosas foram mantidas no julgado recorrido sob a seguinte fundamentação:

No que diz respeito à glosa de despesas médicas, é pertinente salientar o que preceitua a Lei nº 9.250/95:

*“Art. 8º A base de cálculo do imposto devido no ano-calendário será a diferença entre as somas :*

*I - de todos os rendimentos percebidos durante o ano-calendário, exceto os isentos, os não-tributáveis, os tributáveis exclusivamente na fonte e os sujeitos à tributação definitiva;*

*II - das deduções relativas:*

*a) aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais, bem como as despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias;*

...

*§ 2º O disposto na alínea a do inciso II:*

*I - aplica-se, também, aos pagamentos efetuados a empresas domiciliadas no País, destinados à cobertura de despesas com hospitalização, médicas e odontológicas, bem como a entidades que assegurem direito de atendimento ou ressarcimento de despesas da mesma natureza;*

*II - restringe-se aos pagamentos efetuados pelo contribuinte, relativos ao próprio tratamento e ao de seus dependentes;*

*III - limita-se a pagamentos especificados e comprovados, com indicação do nome, endereço e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Geral de Contribuintes - CGC de quem os recebeu, podendo, na falta de documentação, ser feita indicação do cheque nominativo pelo qual foi efetuado o pagamento;*

*IV - não se aplica às despesas ressarcidas por entidade de qualquer espécie ou cobertas por contrato de seguro;*

*V - no caso de despesas com aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias, exige-se a comprovação com receituário médico e nota fiscal em nome do beneficiário.”*

(...)

No que tange aos recibos de fls. 16/19, no valor de R\$ 10.000,00, referentes à profissional Patrícia Tavares, cumpre destacar que, tal como asseverado pela fiscalização à fl. 08 dos autos, não consta o endereço de onde teria sido realizada a

consulta e tampouco é informado a quem foi prestado o atendimento psicológico, contrariando a legislação de regência acima reproduzida.

Da mesma forma, os documentos de fls. 20/22, correspondentes a Paulo Feijó Barroso, não podem ser considerados hábeis para a comprovação de despesas médicas no montante de R\$ 1.740,00, tendo em vista inexistir a informação de onde teria sido prestado o serviço médico e a discriminação do tipo de serviço prestado, pois não há a indicação da especialidade médica do profissional.

Logo, há que se manter a infração de Dedução Indevida de Despesas Médicas levada a cabo pela fiscalização.

Em sede de recurso voluntário, o contribuinte anexou declarações emitidas pelas profissionais Flavia Garcia e Paulo Feijó, suprindo todas as deficiências apontadas, motivo pelo qual as deduções devem ser reestabelecidas.

### **Conclusão**

Por todo o exposto, voto por conhecer do Recurso Voluntário e, no mérito, dar-lhe provimento.

(documento assinado digitalmente)

Diogo Cristian Denny